

Ladeira acima na OMC

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

No dia 28 de dezembro, o Brasil, após alguma meditação, acabou apresentando candidato à sucessão de Pascal Lamy na posição de diretor-geral (DG) da Organização Mundial de Comércio. O candidato brasileiro é o embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, atual representante do Brasil na OMC. Sua candidatura, anunciada no mesmo dia do postulante sul-coreano Taeho Bark, completou a lista de nove nomes que dá a partida ao mais disputado processo sucessório na história do GATT e do OMC.

O único DG oriundo de país em desenvolvimento desde 1947 foi o tailandês Supachai Panitchpakdi, em 2002-2005, em meio mandato para romper o impasse entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Após uma sucessão de DGs britânico, suíços, irlandês, italiano, neozelandês e francês, a expectativa, a princípio, era de que seria escolhido um não-europeu, possivelmente de país em desenvolvimento. Seria a vez da África ou da América Latina, caso prevalecesse critério de rotatividade regional.

O essencial das regras sucessórias estabelece que o processo, após um período de coleta de informações, culmine em consulta conduzida por “facilitadores”, três embaixadores junto à OMC que presidem o Conselho Geral, o órgão de solução de controvérsias e órgão de exame de políticas comerciais (representantes da Noruega, do Paquistão e da Colômbia). Em etapas sucessivas, o candidato com menor probabilidade de escolha por consenso é instado a retirar a sua candidatura. O número de candidatos convidados a retirar suas candidaturas em cada etapa é definido com base no número inicial de candidatos.

A primeira proposta de candidatura foi a de Gana (Alan Kyerematen) no dia 17 de dezembro. Seguiram-se as de Costa Rica (Sra. Anabel González) e Indonésia (Sra. Mari Pangestu) no dia 19, Nova Zelândia (Tim Groser) no dia 20 e Jordânia (Ahmad Hindawi), México (Hermínio Blanco) e Quênia (Sra. Amina Mohamed) no dia 21. Brasil e Coréia completaram a lista no dia 28.

Não é fácil definir a ponderação de critérios utilizados no processo de seleção. A qualificação dos candidatos provavelmente não ocupará lugar proeminente: todos os candidatos têm experiência e proficiência em temas relevantes do ponto de vista da OMC.

Com base em critérios regionais e de distribuição de outras posições proeminentes em organizações internacionais não é improvável que pelo menos as etapas iniciais tenham como foco os postulantes latino-americanos. A candidatura neozelandesa enfrenta dificuldades: o país é desenvolvido e é improvável que se escolha outro neozelandês em pouco mais de uma década. As outras regiões apresentaram mais de um candidato. Em princípio, as candidaturas asiáticas teriam dificuldade de vingar, pois já houve DG asiático no passado recente. Além disto, a Coréia não parece convincente como economia em desenvolvimento. As candidaturas africanas devem

ser consideradas à luz do processo de sucessão do Secretário-Geral da UNCTAD. Muitos analistas acreditam que foram apresentadas levando em conta tal fato e que isto será relevante na definição de soluções de compromisso na sucessão da OMC.

Resta a América Latina. A defasagem entre as manifestações de México e Costa Rica e do Brasil levou analistas de Washington a acusar o Brasil de apenas pretender evitar que outro país latino-americano emplaque o sucessor de Lamy. O argumento é ridículo: parece sugerir que quem postulou primeiro deve levar a recompensa.

Isto não quer dizer que se deva considerar acertada a decisão brasileira de apresentar candidato próprio, como defendi em artigo anterior, antes que as cartas fossem postas na mesa. Mesmo que a candidatura mexicana tenha pouca penetração entre os países em desenvolvimento. É difícil imaginar que as cicatrizes de Cancun não sejam relevantes. Haverá entusiasmo uruguaio quanto à candidatura brasileira depois da derrota de Pérez del Castillo em 2005? A Colômbia não deve ter ficado muito satisfeita com as atribuições de sua representação no FMI, que afinal resultou na sua transferência da cadeira do Brasil para a do México. Qual será a posição de Honduras? Surgiram notícias na imprensa de que os EUA apoiariam a candidatura brasileira. Contra Hermínio Blanco do México? A fonte deve ser o barão de Münchhausen.

O candidato brasileiro enfrenta um dilema quanto à substância da apresentação que fará ao Conselho Geral da OMC e às respostas que dará aos membros do conselho. Olhará à frente, talvez enfatizando à sua experiência quanto à solução de controvérsias na OMC? Ou tenderá incorporar as ideias exóticas que têm pautado a política comercial brasileira quanto à taxaço doméstica discriminatória e ao tratamento de problemas cambiais na OMC? Caso prevaleça a segunda hipótese tornará praticamente impossível uma vitória já muito difícil.

Para o governo brasileiro correr o risco de, mais uma vez, ver o seu candidato derrotado, ou mesmo excluído em etapas preliminares do processo, é muito oneroso do ponto de vista político. Mas Brasília parece atribuir pouca importância a esta possibilidade. Como também escrevi em artigo anterior, tornou-se irrealista esperar bom senso por parte do governo.

*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.